

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



A imagem do Congresso

Começa hoje, em Brasília, um esforço concentrado do Congresso para ver se, finalmente, fica limpa a pauta de assuntos urgentes, a começar pelo Orçamento de 1994, que já virou mera prestação de contas. Pode ser que ocorra algum milagre de Nossa Senhora da Aparecida, mas temo muito que não haja número para as votações. Com isso, a desmoralização do Congresso, de que tanto se queixam os políticos em campanha, ganhará mais uma prova.

O ministro Sepúlveda Pertence, presidente do TSE, teme que as eleições para deputado tenham de ser anuladas. Caso os votos nulos cheguem a 50% do total, a eleição não vale. Pesquisas de intenções de votos indicam que hoje, a pouco mais de um mês do pleito, três quartos dos eleitores não têm candidatos à Câmara e às assembleias legislativas.

Atribui-se o desinteresse a uma série de fatores: a CPI do Orçamento e seus pífios resultados punitivos, ou seja, ao tamanho da pizza; o acréscimo de desmoralização pelo absenteísmo e adiamento de votações importantes; o comportamento corporativista do Legislativo, sempre pronto a aumentar os seus próprios privilégios; o excessivo número de candidatos, que transforma o programa de propaganda gratuita em circo, hilariante não fosse trágico; a complexidade da eleição casada, com as suas duas cédulas e a obrigação de se marcarem seis opções diferentes; o sistema eleitoral maluco que temos, bom, talvez, para a Bélgica, péssimo para estados do tamanho dos nossos.

Finalmente, como sempre, atribui-se a culpa ao suspeito de sempre, a imprensa. Os jornalistas seriam responsáveis pela repulsa dos políticos em geral pelo povo, dado que privilegiariam as notícias negativas e pouco esforço desenvolveriam para mostrar o positivo. A imprensa tampouco saberia diferenciar os bons dos maus, jogando todos no mesmo saco. Finalmente, a esquerda alega que, sendo os donos dos meios de comunicação um bando de reacionários, privilegiariam os políticos conservadores, mais propensos ao fisiologismo e à

corrupção.

Toda acusação generalizada tem um pouco de verdade e muito de mentira. É verdade que a cobertura do trabalho das comissões, por onde passa muita coisa importante, é imperfeita. Verdadeira também é a alegação de que a maioria dos jornalistas conhece pouco ou nada do processo legislativo, o que dificulta a cobertura de propostas importantes constantes da ordem do dia de ambas as casas. Na mesma situação, aliás, fica a maioria dos parlamentares, dado que a ordem do dia não é publicada com antecedência. As perguntas que mais se ouvem nos plenários é: "O que se está votando?" e "Como é que eu voto?"

Mentira, constatável pela simples medição do espaço de noticiário, é o privilégio de que desfrutariam os parlamentares conservadores. Mesmo os mais atuantes, como Luiz Eduardo Magalhães ou Francisco Dornelles, aparecem menos no noticiário que alguns petistas capazes de comentários inteligentes, como José Genoíno, José Dirceu ou Paulo Delgado. Aloizio Mercadante tem tanto ou mais espaço que José Serra ou Delfim Netto, também economistas.

Há, é certo, o problema da mídia falada e televisada: o tempo. "Como é que o senhor se posiciona a respeito da privatização das estatais? Tem 30 segundos." "Por que o senhor é a favor da pena de morte? Tem 20 segundos." "Conte a sua vida: em 15 segundos."

O distanciamento entre o eleitorado e o Legislativo, entre o povo e os partidos, não é peculiar ao Brasil. Manifesta-se no mundo inteiro e, por toda parte, é encarado como uma séria debilidade da democracia. Buscam-se respostas. Hoje mesmo estará terminando no Rio um seminário internacional, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Finep, sobre imagem e assessoramento do Congresso e suas relações com a imprensa.

Por mais teorias que se possam urdir, só há mesmo uma resposta eficaz: os parlamentares se darem ao respeito e cumprirem as suas obrigações. Para isso, cabe ao eleitor votar em gente séria.